

CONHECENDO OS PARQUES DE CURITIBA E SEUS ESPAÇOS PÚBLICOS DESTINADOS ÀS BRINCADEIRAS INFANTIS – UM PANORAMA GERAL

Luize Moro

Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil.

Simone Rechia

Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil.

Talita Stresser de Assis

Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil.

Resumo

Este artigo trata-se de um recorte de pesquisa de dissertação que objetivou diagnosticar as formas de organização e infraestrutura das áreas destinadas às crianças, presentes nos parques públicos da cidade de Curitiba. Partiu-se de uma abordagem de cunho sociológico de metodologia qualitativa-descritiva. Os resultados do estudo identificaram um conjunto de obstáculos referentes à organização e à infraestrutura de tais espaços. Compreendendo a importância do brincar da criança no espaço público e a configuração das cidades no mundo atual, torna-se urgente garantir a esta população espaços infantis de qualidade, com segurança; respeitando, estimulando e favorecendo o potencial lúdico desde a infância, com reflexos sociais por toda vida.

Palavras chave: Infância. Espaço público. Área para crianças. Brinquedo.

Introdução

Atualmente, o conceito de cidade vai além daquele entendido como espaço físico de estruturas construídas, de casas, prédios e vias de tráfego, e passa a estar cada vez mais ligado às relações estabelecidas entre os diferentes sujeitos e os espaços que ocupam.

Segundo Rechia (2003), é no espaço das cidades que se desenvolve a cultura e o contato com o estranho; um contato aceito e tolerado, que permite diversas trocas de experiências. É, acima de tudo, um local onde as afinidades sociais e as diferenças são vivenciadas; espaço privilegiado pelas formas de convívio, de civilidade e de cidadania.

Nessa perspectiva, acredita-se que os espaços públicos das cidades passam a ter na contemporaneidade o importante objetivo de proporcionar aos sujeitos experiências variadas e significativas. Dessa forma, as áreas¹ destinadas especificamente às crianças nos parques da cidade se tornam espaços privilegiados para o seu desenvolvimento.

Em uma sociedade cujas características pós-industriais trazem avanços e retrocessos “que denunciam diversas contradições advindas do maior alcance tecnológico e, con-

¹ Espaço com brinquedos, construídos e destinados ao público infantil.

sequentemente, de todos os desdobramentos” (RECHIA, 2006, p. 92), várias transformações sociais são percebidas, mudanças essas que afetam diretamente a possibilidade de uso pelas crianças dos espaços públicos e parques infantis.

Uma delas é caracterizada pela visão que o adulto tem do espaço público, muitas vezes entendendo-o como sinônimo de medo, insegurança e desconfiança, o que resulta na retirada da criança do espaço e da vida pública, visto que nessa fase é comum que os menores se encontrem sob a responsabilidade de um adulto. Outro fator que tem retirado às crianças dos espaços públicos são as novas tecnologias, que, muitas vezes, além de parecerem mais atrativas, denotam um maior sentimento de segurança e controle.

No intuito de garantir às crianças o direito de brincar no espaço público, com segurança e qualidade, e até mesmo de instigá-las a frequentar tais espaços, o acesso às praças, parques e outros espaços públicos está garantido no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Lei Federal nº 8.069/1990. O artigo 59 do capítulo IV preconiza que “[...] os municípios, com apoio dos Estados e da União, estimularão e facilitarão a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude”. Nesse sentido, o papel ocupado pelo esporte e o lazer no mundo contemporâneo não pode ser outro senão o de instância de emancipação e desenvolvimento humano. É preciso utilizar estratégias que ampliem os fatores facilitadores e reduzam as barreiras para práticas de vivências lúdicas em praças e parques públicos para todas as faixas etárias e grupos sociais, em busca de uma educação para e pelo lazer (MARCELLINO, 1990) (BRASIL, 1990, art. 58, § 1º).

Baseada nas problemáticas apresentadas e nos trabalhos realizados pelo Grupo de Estudos e Pesquisa em Lazer, Espaço e Cidade (GEPLEC)², da Universidade Federal do Paraná, que tem pesquisado e demonstrado o quão importante e significativa é a relação espaços, lazer e sujeito, o objetivo central desta pesquisa foi diagnosticar as formas de organização e infraestrutura das áreas destinadas exclusivamente às crianças presentes nos parques públicos da cidade de Curitiba. Para tanto, fez-se necessária uma estrutura de pesquisa baseada na infância, no lazer, no planejamento urbano e especificamente nos modelos de espaços e equipamentos oferecidos.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa descritiva de campo, de cunho qualitativo, que, conforme Churchill (1987), tem o objetivo de conhecer e interpretar a realidade sem nela interferir. Esse tipo de pesquisa aproxima o pesquisador das experiências do cenário estudado, sendo realizada nas condições naturais em que o fenômeno acontece, não necessitando de intervenções (BANKS, 2009).

Para atender ao objetivo do estudo, a pesquisa de campo foi desenvolvida em quatro etapas.

² Grupo idealizado e coordenado pela Prof.^a Dr.^a Simone Rechia em 2003, com o intuito de discutir textos acerca de lazer e temas transversais, desenvolver projetos de extensão, programas institucionais e pesquisas, relacionando-os com as questões emergentes do cotidiano das sociedades. Hoje o grupo conta com a participação de vários alunos bolsistas da graduação (IC, monitoria, licenciar, extensão) e pós-graduandos, os quais desenvolvem de forma articulada projetos de ensino, pesquisa e extensão.

Na primeira etapa foi realizado um mapeamento dos parques públicos da cidade de Curitiba-PR, iniciado por meio de informações obtidas no *site* da Prefeitura Municipal de Curitiba, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA)³ e das pesquisas do Grupo de Estudos e Pesquisa em Lazer, Espaço e Cidade (Geplec). Em seguida, realizou-se um mapeamento buscando os parques que possuíam áreas exclusivas destinadas ao público infantil. Ao final dessa etapa foram encontrados 11 espaços.

A partir da constatação da existência desses 11 locais, na segunda etapa eles foram visitados para a aplicação de protocolo⁴ de análise descritiva sobre espaços e equipamentos, objetivando sistematizar informações sobre as características dos espaços.

Já a terceira etapa contou com uma nova visita a cada parque infantil, sempre aos sábados, pelo período de aproximadamente 5 horas, para observações da dinâmica dos espaços, realização de registros fotográficos e anotações em diário de campo. Essa fase também contou com a realização de 26 entrevistas semiestruturadas⁵, com responsáveis por crianças presentes nos locais. A esses sujeitos foi entregue um termo de participação e demais esclarecimentos quanto à pesquisa.

Na quarta e última etapa foi realizada uma entrevista semiestruturada⁶ com um responsável da Secretaria Municipal de Meio Ambiente da Cidade, designado junto com sua equipe para gerenciar os espaços em questão.

A estratégia de análise dos dados coletados deu-se por meio da triangulação das informações obtidas, sendo elas: o protocolo do GEPLEC, as entrevistas e as análises de campo.

Esse estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos da Universidade Federal do Paraná, com o registro de número 1190.115.11.08, conforme a Resolução nº 196/96 do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2011).

Resultados e discussão

Para melhor compreensão, os dados obtidos na pesquisa foram organizados em três categorias: (a) infraestrutura e organização do entorno das áreas destinadas às crianças; (b) infraestrutura e organização da área específica destinada às crianças; (c) modelos de brinquedos instalados em tal área.

a) Quanto à organização do entorno

³ A Secretária Municipal de Meio Ambiente da Cidade de Curitiba é a responsável pela elaboração, implantação e manutenção das áreas verdes existentes na cidade, sendo composta por um departamento exclusivo dedicado aos parques e praças da cidade.

⁴ Protocolo desenvolvido pelo GEPLEC em 2004, e que, desde então, é utilizado em pesquisas relacionadas aos espaços reservados para esporte e lazer na cidade de Curitiba. O utilizado nesta pesquisa em específico buscou analisar a constituição do espaço, seus objetivos, a acessibilidade, a condição do local e dos equipamentos, a qualidade ambiental e das instalações, baseado também nas normas da ABNT.

⁵ Entrevista estruturada pela própria pesquisadora.

⁶ Entrevista estruturada pela própria pesquisadora.

Para garantir a qualidade de uso e apropriação de um espaço público são necessárias certas condições de infraestrutura⁷. Assim, abordamos na análise do entorno das áreas destinadas às crianças algumas dessas condições, como presença de áreas verdes, mobiliário⁸, segurança e outros espaços de lazer próximos.

Quanto às questões relacionadas às áreas verdes, notou-se que, no entorno dos espaços infantis, tal característica vem sendo preservada, porém falhas significativas no que diz respeito aos mobiliários são percebidas, tais como banheiros distantes dos parquinhos, em pouca quantidade, com barreiras de acessibilidade. Observou-se também: falta de conservação e de implantação de bebedouros e lixeiras; bancos em pouca quantidade, pouco confortáveis ou pouco convidativos em determinados parques; pouca variedade de espaços de lazer no entorno e segurança pública deficitária. Alguns exemplos podem ser visualizados nas figuras a seguir.



Figuras 1 e 2: Bebedouros malconservados.
Fonte: MORO (2011).

⁷ O conceito de infraestrutura será entendido para esta pesquisa como um conjunto de instalações que constituem os suportes do funcionamento das cidades e que possibilitam o uso urbano (VOCABULÁRIO BÁSICO DE MEIO AMBIENTE, 1990 Apud SAHOP, 1978)

⁸ O item mobiliário será compreendido a partir das Normas ABNT, que consideram mobiliário urbano “[...] todos os objetos, elementos e pequenas construções integrantes da paisagem urbana, de natureza utilitária ou não, implantados mediante autorização do poder público em espaços públicos e privados” (ABNT, 1986). Portanto, para esta pesquisa, o conjunto de mobiliários incluiu: sanitários, bebedouros, lixeiras, postes de iluminação e bancos.



Figura 3: Banco pouco confortável e/ou pouco convidativo.
Fonte: MORO (2011).

b) Quanto à organização do espaço do parque infantil

Conforme Rechia (2003), “[...] atualmente não é necessário ser um especialista em arquitetura ou urbanismo para perceber que muitos espaços públicos urbanos no Brasil são dotados de um mesmo modelo”. Em concordância, observou-se, durante as visitas às onze áreas destinadas às brincadeiras infantis, um mesmo modelo de organização. Em média três modelos de brinquedos instalados em local arborizado, em espaços reduzidos.

Segundo as normas da ABNT (1999), os brinquedos dos parques infantis necessitam ser posicionados de maneira que não interfiram na dinâmica dos demais brinquedos e não afetem os demais usuários, evitando que uma criança ou adulto precise passar próximo a um brinquedo para chegar a outro, diminuindo assim o risco de acidentes.

Outra característica presente em todos os parques infantis foi a predominância do piso de areia. Tal piso apresentou em todos os espaços algum problema quanto a sujeira, mato, buracos, poças d’água ou dejetos de animais. Identificou-se, por exemplo, que, mesmo em dias de muito sol, permanecem as poças d’água decorrentes de chuvas do dia anterior, o que denota falta de infraestrutura que contemple adequadamente esse piso. Sobre isso, tem-se como exemplo a Figura 4.



Figura 4: Criança com os pés na poça d'água.
Fonte: MORO (2011).

Segundo o entrevistado da SMMA, a prefeitura tem buscado novos pisos:

estamos procurando novos pisos, emborrachados [...] acho que até uns que são usados lá fora, mas o pessoal nos mandou uma amostra do piso e já chegou soltando, é bom, macio, mas no espaço público ia deteriorar em um mês [...] aí acabamos nas mesmas coisas, que já sabemos que dá certo.

Percebe-se na fala do entrevistado da SMMA uma preferência pelo piso que, segundo ele, vem dando certo – nesse caso, a areia. No entanto, pergunta-se: o piso de areia de fato vem dando certo?

Segundo pesquisas recentes (RIBEIRO, 2009; RODRIGUES et al., 2004), esse tipo de piso deixou de ser o mais indicado para tais espaços por questões de higiene. Alguns pais, durante as entrevistas inclusive, ressaltaram esse problema: “[...] deviam dar um jeito nessa coisa do ‘cocô’ dos animais na areia; não sei como, porque nem sempre o animal tem dono, mas isso incomoda muito” (entrevistado 12).

Acredita-se, ainda, que a opção pelo piso de areia se dá em função de um menor custo, visto que a implantação e a manutenção desse tipo de piso é muito mais econômica. No entanto, mesmo com os problemas identificados, foi possível notar, durante todas as visitas, a grande quantidade de crianças que se apropriam do espaço de areia, sentadas com seus baldinhos, pазinhas, carrinhos e demais brinquedos.

Nesse caso, a troca total do piso de areia por outro tipo de piso seria possivelmente uma perda para as crianças, visto que é um local de constante apropriação, inclusive dos adultos, que, para ficarem mais próximos das crianças, ou para participarem das brincadeiras, também se apropriam do piso.

Buscando outras formas de organização desse espaço, notou-se entre os onze parques pesquisados um único que aparenta favorecer o uso da areia exclusivamente para o brincar. No Parque 06, reformado recentemente, identificou-se um espaço exclusivo des-

tinado às brincadeiras com areia, separado do espaço de passagem das pessoas, que isola o espaço da sujeira material, como a dos calçados, dos palitos de sorvete, das embalagens de alimentos e outros, mesmo que ainda não o isole de problemas como os dejetos de animais e água das chuvas (Figura 5).



Figura 5: Espaço de areia separado
Fonte: MORO (2011).

A possibilidade dos parques possuírem um espaço exclusivo dedicado às brincadeiras com areia permite que outros espaços possam ser contemplados com materiais mais adequados, que supram os problemas identificados de sujeira, mato, poças d'água, sem que as crianças percam a possibilidade de brincar na areia.

Ressalta-se, porém, que mesmo o espaço exclusivo destinado às brincadeiras com areia necessita de outros cuidados. Rodrigues et al. (2004, p. 6) afirmam que a troca da areia nos espaços de recreação infantil não é suficiente para o controle da contaminação por fungos e larvas, sendo necessário, como medida de prevenção, cobrir as caixas de areia com lonas nos períodos em que estas não são utilizadas e, também, manter a área sempre cercada.

Acredita-se, assim, que os parques infantis podem sofrer melhoras significativas se o espaço de areia for tratado como significativo para as brincadeiras infantis e, por esse motivo, necessitando de cuidados especiais. Em contrapartida, o piso dos demais espaços do parque poderia sofrer alterações quanto ao material utilizado, visando mais higiene, conservação e comodidade para os usuários.

Outro fator importante identificado quanto à organização do parque infantil foi o fato de que, dos onze parques infantis pesquisados, apenas dois apresentaram rampas ou calçadas de acesso. Isso contraria a constituição dos direitos da pessoa com deficiência, que afirma:

[...] a construção de praças e equipamentos esportivos e de lazer, públicos ou privados, destinados ao uso coletivo deverão ser executados de modo que sejam ou se tornem acessíveis à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (Decreto n. 3.298/1999, art.52).

O direito à acessibilidade dos espaços da cidade é garantido por lei desde 2004. A legislação brasileira, por meio do Decreto nº 5.296/2004, determinou que, a partir da pu-

blicação do referido decreto⁹, todo projeto de construção deve atender às normas de acessibilidade, já as edificações existentes teriam prazo para realizar as adaptações até os anos de 2007 e 2008 (CASSAPIAN, 2011). No entanto, não se percebem tais adaptações nos espaços dos parques infantis pesquisados.

Entende-se que um espaço público deve considerar a diversidade de seus usuários, garantindo a todos a acessibilidade, por meio do acesso a informação, deslocamento, uso de equipamentos e comunicação, para que todos tenham as mesmas condições de uso e desenvolvimento, independentemente de condições físicas, financeiras, étnicas, entre outras.

a) *Quanto ao modelo dos brinquedos instalados nos parques infantis*

Foram encontrados mais de quinze¹⁰ modelos de brinquedos nos parques pesquisados, analisados quanto a questões de modelo, de manutenção e de acessibilidade. Visando a facilitar o entendimento e a análise de tais brinquedos, eles foram divididos em duas categorias:

-Unifuncionais: aqueles criados com um fim específico, separados no espaço, como o escorregador (conforme Figura 6);

-Multifuncionais: caracterizados por um conjunto de brinquedos acoplados, organizados de várias formas, possibilitando mais de um fim, como uma plataforma da qual saem diversos brinquedos (conforme Figura 7).



Figura 6:
Modelo de brinquedo unifuncional



Figura 7:
Modelo de brinquedo multifuncional

Fonte: MORO (2011).

Ao analisar os modelos unifuncionais e multifuncionais, baseados nas literaturas existentes e nos registros em diário de campo, nota-se que os brinquedos caracterizados como multifuncionais apresentaram-se de maneira mais estimulante, são coloridos, com diferentes formas, possibilitam maior diversidade de brincadeiras e de formas de explora-

⁹ Os prazos foram determinados a contar da data de publicação do Decreto nº 5.296, em 2004.

¹⁰ Todos os modelos com foto e descrição podem ser encontrados no documento original desta pesquisa.

ção do corpo, além de favorecerem um convívio mais coletivo das crianças. Conforme referência feita em diário de campo a respeito de um brinquedo multifuncional instalado em um dos parques,

[...] o brinquedo grande e colorido parece um formigueiro de crianças. Há crianças de todos os tamanhos, elas sobem e descem por todos os lados e lugares possíveis. Nesse momento, há em média doze delas brincando ao mesmo tempo (Diário de campo 05 – 15/10/2011).

Assim, ao mesmo tempo que exploram os brinquedos, as crianças têm a chance de se sociabilizar, criando certas normas de convívio, como a necessidade de esperar a vez, de dividir o espaço e de ajudar o colega, experiências fundamentais para o desenvolvimento futuro. Esse fato reforça a afirmação de Laufer (2001, p. 24), de que “[...] os espaços de lazer precisam ser capazes de atrair as crianças por seus aspectos de segurança, forma, cor e ludicidade”.

Outro modelo interessante de brinquedo multifuncional encontrado foi no Parque 08, no qual o espaço do parque infantil leva o sugestivo nome de “Parque d’Água”, por tratar-se de um grande lago para banho (Figura 8). Único brinquedo desse tipo observado, ele explora as condições naturais do local e estreita a possibilidade das crianças de brincar em ambiente diferenciado, em contato direto com a natureza.



*Figura 8: Parque D’Água
Fonte: MORO (2011).*

Um dos entrevistados nesse parque comenta: “[...] meu filho adora vir aqui porque raramente vê tanta água, a única coisa que falta é um escorregador” (Entrevistado 17).

Já os brinquedos unifuncionais encontrados mostraram-se, em sua maioria, menos estimulante, pois são pouco coloridos, apresentam grande desgaste do tempo na pintura e problemas de infraestrutura, como falta de peças e precárias condições de uso.

A balança, por exemplo, brinquedo muito apropriado pelas crianças, apresentou algumas fragilidades, como pontos de ferrugem, falta de pedaços, ou pouca segurança. Em diário de campo há o registro do momento em que uma criança se desequilibra no brinquedo e é socorrida pelo responsável:

[...] neste momento, por conta da falta de encosto no brinquedo, uma das crianças menores quase caiu para trás, felizmente foi auxiliada pelo responsável que a acompanhava de perto (Diário de campo 09 – 3/12/2011).

Um dos responsáveis entrevistados inclusive sugere que “[...] as balanças deveriam ter encosto, pois minha filha é pequena e não consegue brincar” (Entrevistado 03).

Segundo o entrevistado da SMMA, a balança está sendo extinta, pois é um brinquedo perigoso. Por esse motivo, não passam por manutenções periódicas nem são repostas, para que justamente sejam extintas.

[...] aconteceu um caso de uma criança que morreu anos atrás, porque correu na frente da balança e bateu a cabeça, o pai processou a prefeitura, então não se coloca mais balança, mas sabemos que as balanças que ainda existem são disputadíssimas (entrevistado SMMA).

A fala citada acima corrobora alguns registros em diário de campo que citam:

[...] poucas crianças brincam nos brinquedos do parquinho, exceto nas seis balanças que não ficam vazias (Diário de campo 03 – 8/10/2011).

[...] mais dois meninos chegam para brincar, passam por todos os brinquedos e acabam nas balanças (Diário de campo 09 – 3/12/2011).

[...] com a chuva do dia anterior, embaixo das balanças há poças d’água, mesmo assim, as crianças não param, é o brinquedo mais disputado (Diário de campo 09 – 3/12/2011).

Percebe-se, assim, um conflito de interesses, pois, ao mesmo tempo que a prefeitura reconhece a procura pelas balanças, retira-as dos espaços. Entende-se a preocupação com a segurança das crianças, no entanto, durante a pesquisa, notou-se que em determinados parques a retirada das balanças não significou a implantação de um novo brinquedo. Assim, ao mesmo tempo que a criança fica aparentemente protegida do suposto perigo da balança, também fica desprovida da oportunidade de apropriar-se de outro brinquedo que a substitua.

Acredita-se que a balança é um dos brinquedos mais disputados justamente pelo ar de liberdade e aventura que desperta, por isso, caso confirmado o perigo em mantê-las, deveriam ser substituídas por outro brinquedo tão estimulante quanto elas ou por uma balança mais segura, seguindo padrões rigorosos de segurança, ao invés de simplesmente optar-se pela extinção.

Quanto aos demais brinquedos unifuncionais, alguns entrevistados responsáveis por crianças sugerem que “[...] poderia haver outros brinquedos para as crianças, estes são muito batidos” (Entrevistado 02), ou “[...] era a favor de brinquedos mais interessantes” (Entrevistado 23).

Segundo o responsável da SMMA,

[...] alguns modelos de brinquedos são os mesmos há trezentos anos e não mudam na intenção de preservar a história do local [...] os modelos novos são idealizados pela nossa equipe, baseados nas normas da ABNT e no que achamos que seja interessante para uma criança.

A partir desse trecho da entrevista, percebe-se a necessidade da presença de uma equipe de profissionais de várias áreas, dialogando constantemente para planejar os espaços e brinquedos dos parques infantis. Também é necessário contar com a participação de pais, crianças e demais interessados no assunto, para que, baseados nas produções científicas e no desenvolvimento de estudos e pesquisas sobre tal temática, busquem o planejamento e a implantação de espaços e brinquedos significativos e de qualidade, que resultem na possibilidade das crianças de ressignificar, transformar, propor, recriar, explorar e modificar o espaço. É um trabalho que requer escuta e diálogo, teorias, estudos e observação das necessidades e dos interesses.

De acordo com Rechia (2007, p. 12), as experiências que são vivenciadas na infância nos espaços públicos “se configuram no pulsar da vida infantil no meio urbano”, devendo ser espaços privilegiados no intuito de potencializar o desenvolvimento das crianças e não negligenciando a necessidade do planejamento desses ambientes.

Quanto à manutenção dos brinquedos, sejam eles em modelo unifuncional ou multifuncional, o responsável da SMMA explica que:

[...] os parques mais centrais da cidade possuem um fiscal designado para cuidar de todo o parque, então, quando algo quebra, é trocado na hora pelo fiscal, ou as pessoas já ligam para reclamar [...] e nesses do Diadema¹¹, por exemplo, que não tem uma pessoa específica para cuidar, o parque infantil foi sumindo, sendo depredado, sendo roubado, e como ninguém reclama, entende-se que as crianças não usam, ninguém se interessou em procurar melhorar, comunicar que o parquinho estava sumindo; [...] nos parques que não possuem este fiscal, tem uma pessoa da regional que faz uma vistoria anual para manutenção, troca de areia, limpeza e alguma coisa de pintura geral, mas acredito que seja mais fácil quando as pessoas reclamam, caso contrário é sinal que ninguém sentiu falta.

Percebe-se na fala do entrevistado a diferença de tratamento dada aos parques da cidade, que varia de acordo com a região onde estão instalados: para os parques mais centrais, um sistema de manutenção constante; para os mais afastados, um sistema de manutenção anual.

Porém, independentemente da localização dos parques, o Plano de Ação Nacional para Prevenção de Acidentes em Playgrounds (EUA) do ano 2000 sugere que:

¹¹O Parque Diadema é um parque público da cidade de Curitiba localizado na periferia, no bairro Cidade Industrial, de população de classe média baixa. Esse parque não fez parte da pesquisa, pois seu parquinho infantil não existe mais.

Sejam realizados três tipos de inspeções: a diária, a registrada (realizada a cada 1 a 3 meses) e a inspeção certificada, que deverá ser realizada por profissional especializado a cada 8 a 12 meses. Os problemas observados devem ser comunicados imediatamente aos responsáveis pelo parque e, se necessário, ele deve ser interditado.

Sabe-se que já no início da gestão de Jaime Lerner¹², na década de 1970, a cidade de Curitiba foi voltada para uma política de desenvolvimento urbano na qual o centro da cidade era referência, considerando que a partir desse desenvolvimento, toda a cidade se beneficiaria (FREY, 1996).

Percebe-se na fala do entrevistado que esse pensamento permanece nos dias atuais, no entanto, segundo Rechia (2009), a diferença de tratamento dada pelo poder público aos espaços de lazer nos bairros de Curitiba reflete no sentimento de não pertencimento e abandono desses locais por parte dos sujeitos moradores dessas áreas, motivo que pode justificar a falta de solicitações por manutenção e melhores condições.

França (2007), na conclusão de sua pesquisa, evidencia a importância de uma população organizada para uma dinâmica diferenciada nos espaços públicos, visto que identificou, por exemplo, que moradores organizados em associações caracterizam-se como um importante elo para minimizar as habituais distâncias entre o poder público e a população, no que tange aos seus anseios ou vivências a partir de um senso de responsabilidade coletiva.

Visualiza-se, assim, um problema de mão dupla: de um lado, uma gestão pública que dá preferência a determinadas regiões da cidade em detrimento de outras e, de outro, sujeitos que, muitas vezes, desestimulados por essa divisão ou pela falta de conhecimento e educação, não reivindicam seus direitos.

Por fim, quanto às questões de acessibilidade, analisando ambos os modelos de brinquedos (multifuncionais e unifuncionais), notou-se que nenhum deles é adaptado, o que contradiz a Lei nº 11.982/2009, de abrangência nacional, que garante que os brinquedos e equipamentos dos parques públicos ou privados deverão ser adaptados para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, em ao menos cinco por cento de cada brinquedo, apresentando identificação de brinquedos adaptados.

Segundo Laufer (2001, p. 01), brincadeiras ao ar livre são muito importantes para crianças deficientes, pois são uma forma de lazer e de reabilitação. No entanto, é preciso que os locais frequentados e equipamentos utilizados nesses momentos sejam seguros, sendo ferramentas úteis e facilitadoras para o uso das crianças.

Partindo da afirmação da referida autora, fica evidente a necessidade de se repensarem os brinquedos instalados nos parques infantis, na tentativa de contemplar todas as crianças, principalmente porque o espaço urbano é um ambiente, como afirma Rechia (2003, p. 10), “[...] de encontro com o estranho, um encontro aceito e tolerado”. À medida que as crianças tiverem a oportunidade de conviver umas com as outras, identificando e superando suas diferenças e dificuldades, potencializando as relações, estabelecendo laços de afeto e solidariedade, todas serão beneficiadas e, com certeza, aos poucos estarão mais preparadas para minimizar as diferenças e conviver de forma harmoniosa em sociedade.

¹²Jaime Lerner exerceu o cargo de Prefeito de Curitiba por três gestões.

Considerações finais

Ao analisar os espaços dos parques infantis quanto à organização do entorno e do próprio parque infantil e do modelo de brinquedos, destacamos o fato da pouca quantidade de parques infantis disponíveis na cidade, as falhas em relação à manutenção e à infraestrutura e a falta de acessibilidade e de brinquedos adaptados.

Assim, infere-se a necessidade de reorganizar e qualificar tais espaços e brinquedos no intuito de potencializar as brincadeiras das crianças, buscando garantir a todas elas as mesmas oportunidades e a devida segurança que merecem enquanto brincam.

Dadas as condições de segurança das cidades, a diminuição dos espaços públicos passíveis de brincadeiras e o individualismo cada vez mais acentuado da sociedade, os parques infantis devem ser considerados espaços fundamentais de desenvolvimento que garantam qualidade e segurança a seus usuários e não apenas espaços que embelezem o parque.

Ressalta-se que a necessidade do cuidado com os espaços dos parques infantis não envolve somente o conhecimento sobre as normas de segurança e o poder público, faz-se necessária a participação de toda sociedade. Os usuários devem exigir de seus representantes a adequada manutenção desses espaços de lazer, enquanto o poder público deve oferecer meios de participação das crianças, dos pais e outros interessados na constituição dos espaços e elaboração dos brinquedos. Além disso, os responsáveis diretos devem estar comprometidos com o planejamento desses espaços, com o desenvolvimento e a segurança de todas as crianças, independentemente das suas condições financeiras ou físicas, assim como os fabricantes de brinquedos devem garantir a qualidade e a segurança de seus produtos.

Acredita-se que as políticas públicas no âmbito do esporte e lazer, nas quais devem estar incluídas ações voltadas à infância no que se refere ao planejamento de espaços e brinquedos e suas influências na vida cotidiana das grandes cidades, devem atender a fatores diferenciados de estimulação sensorial, perceptiva, motora, cognitiva e social, para que influenciem positivamente na prática lúdica e social das crianças.

Encontrar o equilíbrio entre segurança e ludicidade é um desafio para todos os profissionais envolvidos na concepção e na manutenção desses espaços, no entanto é um trabalho indispensável, pois lazer infantil é coisa séria.

KNOWING PARKS AND PUBLIC SPACES DESTINATED FOR CHILDREN RECREATION IN THE CITY OF CURITIBA – AN OVERVIEW

Abstract

This article is about a clipping dissertation research that aimed to diagnose forms of organization and infrastructure of playgrounds present in the public parks of the city of Curitiba. It started from an approach to sociological slant descriptive qualitative methodology. The study results identified a number of obstacles on the organization of such spaces and infrastructure. Understanding the importance of child's play in the public space and the configuration of the current

cities in the actual world, it is urgent to ensure to this population playgrounds with quality, safely, respecting, promoting and encouraging the potential playfulness from childhood with consequences for social lifetime.

Keywords: Childhood. Public Space. Children's Playground. Toys

CONOCIENDO LOS PARQUES DE CURITIBA Y SUS ESPACIOS PÚBLICOS PARA LOS NIÑOS – UN PANORAMA GENERAL

Resumen

Este artículo proviene de un recorte disertación que tuvo como objetivo diagnosticar las formas de organización e infraestructura de los parques infantiles existentes en los parques públicos de la ciudad de Curitiba. A partir de un enfoque de la metodología cualitativa descriptiva sesgo sociológico. Los resultados del estudio identificaron una serie de obstáculos en la organización de este tipo de espacios e infraestructura. Comprender la importancia de los juegos de niños en el espacio público y la configuración de las ciudades actuales, se vuelve urgente para garantizar a esta población la calidad de juego, con seguridad, el respeto, la promoción y el fomento del potencial lúdico de la infancia, con consecuencias para el desarrollo social por toda la vida.

Palabras-claves: Infancia. Espacios Públicos. Zona de juegos para niños. Juguetes.

Referências

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 14350-1:** Segurança de brinquedos de *playground*. Parte 1: requisitos e métodos de ensaio. Rio de Janeiro: ABNT, 1999.

ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9283:** Mobiliário Urbano. Rio de Janeiro, 1986.

BANKS, Marcus. Dados Visuais Para Pesquisa Qualitativa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BORJA, J. **La ciudad conquistada**. Barcelona: Alianza, 2003.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Estatuto da criança e do adolescente. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 15 abr. 2011.

BRASIL, **Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos**. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Disponível em http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html. Acesso em: 15 abr. 2011

CASSAPIAN, M. **Da cidade planejada ao lazer para todos:** as experiências no âmbito do lazer vividas pelos cadeirantes do grupo “A união faz a força”. 2011. 163 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Federal do Paraná, UFPR, Curitiba, 2011.

CHURCHILL JR., G. A. **Marketing research: methodological foundations**. Chicago: The Dryden Press, 1987.

DEBORTOLI, J.; MARTINS, M.; MARTINS, S. Infância e lazer na cultura do consumo: um estudo sobre os shoppings centers em uma nova espacialidade urbana. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 15., 2007. **Anais...**, Recife: CBCE, 2007.

FARIA, A. A contribuição dos parques infantis de Mário de Andrade para a construção de uma pedagogia da educação infantil. **Educação & Sociedade**, v. 20, n. 69, dez. 1999.

FERREIRA, C. **Psicomotricidade da educação infantil**. São Paulo: Lovise, 2000.

FRANÇA, R. **Diálogos entre a oferta e a demanda: uma análise da relação entre o poder público e os grupos de ativismo sociais referentes aos parques da cidade de Curitiba**. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

FREY, K. Crises de estado e estilos de gestão municipal. **Revista Lua Nova**, São Paulo, n. 37, 1996.

HARADA, M. et al. Segurança com brinquedos de parques infantis: uma introdução ao problema. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 11, n. 3, 2003.

JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

LAUFER, A. M. **Recomendações para projeto de brinquedos de recreação e lazer existentes em playgrounds adaptados à criança com paralisia cerebral**. 2001. 102 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

MARCELLINO, N. C. **Lazer e educação**. Campinas: Papyrus, 1990.

MORO, L. **Conhecendo os parques de Curitiba e seus espaços públicos destinados às brincadeiras infantis**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Federal Paraná, Curitiba, 2011.

PREFEITURA DE CURITIBA. Secretaria Municipal do Meio Ambiente. **Sistema de Parques e Praças da Secretaria Municipal do Meio Ambiente**. Disponível em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/parques-e-bosques-smma-secretaria-municipal-do-meio-ambiente/267>>. Acesso em: 21 abr. 2011.

RECHIA, S. Planejamento dos espaços e equipamentos de lazer nas cidades: uma questão de “saúde urbana”. In: FRAGO, Branco (Org.). **Políticas de lazer e saúde em espaços urbanos**. Porto Alegre: Gênese, 2009.

RECHIA, S. Como são pensados os espaços e equipamentos de esporte e lazer nas cidades? “Pistas” para possíveis respostas. In: MARCELLINO, N.; FERREIRA, A. (Org.). **Brincar, jogar, viver**. Brasília: Ministério do Esporte, 2007. v. 2.

RECHIA, S. O jogo do espaço e o espaço do jogo em escolas da cidade de Curitiba. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 27, n. 2, 2006.

RECHIA, S. **Parques públicos de Curitiba**: a relação cidade-natureza nas experiências de lazer. 2003. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, 2003.

RIBEIRO, T. **Fungos queratinofílicos em areia de parques escolares de Boa Vista, Roraima**. 2009. 47 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Curso de Especialização em Recursos Naturais, Universidade Federal de Roraima, Roraima, 2009.

RODRIGUES, M. M. et al. A importância das condições de higiene em áreas de recreação infantil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2., 2004. Anais..., Belo Horizonte: UFMG, 2004.

TONUCCI, F. **Quando as crianças dizem chega**. São Paulo: Artmed, 2005.

VOCABULÁRIO BÁSICO DE MEIO AMBIENTE. FEEMA, Rio de Janeiro: FEEMA. 2ª ed. 1990.

.....

Recebido em: 20/05/2014

Revisado em: 22/08/2014

Aprovado em: 28/11/2014

Endereço para correspondência:

luize.moro@yahoo.com.br

Luize Moro

Universidade Federal do Paraná, Departamento de Educação Física.

Rua Coração de Maria 92

Jardim Botânico

80210132 - Curitiba, PR - Brasil